

A alfabetização na revista O Ensino-PR (1922-1924)¹

Literacy in the magazine O Ensino-PR (1922-1924)

Alfabetización en la revista La Enseñanza-PR (1922-1924)

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi - Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR | Colegiado Pedagogia | União da Vitória | PR | Brasil. E-mail: aecmari@gmail.com | 

Maria Isabel Moura Nascimento - Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG | Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado | Ponta Grossa | PR | Brasil. E-mail: misabelnasc@gmail.com | 

Resumo: A imprensa periódica educacional, no início do século XX, foi um recurso comumente utilizado, haja vista a precariedade da formação docente no Brasil. No Paraná, destaca-se a revista O Ensino, publicada entre os anos de 1922 a 1924, pela Inspeção Geral do Ensino do Paraná. O presente estudo tem por objetivo analisar a referida revista, especificamente, investigando as temáticas sobre alfabetização. Verifica-se que a alfabetização, de forma pragmática, foi a pauta que frequentemente era registrada na revista em consonância com os demais debates, constituindo-se como solução para os problemas da educação. Outrossim, o estudo incita questões e debates, principalmente sobre a alfabetização e o quanto o tema é frequentemente abordado nas propostas de reformas governamentais desde o início do século XX e como a ênfase no fazer docente, sem uma formação teórica consistente, continua sendo a estratégia utilizada oficialmente.

Palavras-chave: Imprensa. Revista O Ensino. Alfabetização.

Abstract: The periodical educational press, at the beginning of the twentieth century, was a commonly used resource, given the precariousness of teacher training in Brazil. In Paraná, the magazine "O Ensino" stands out published between the years 1922 and 1924, by the General Province of the Teaching of Paraná. The present study aims to analyze this journal, specifically, aims to investigate the themes of literacy. It can be seen that literacy, in a pragmatic way, was the agenda that was often recorded in the journal in line with other debates, constituting a solution to the problems of education. Otherwise, the study incites questions and debates, especially on literacy and how often the theme is addressed in proposals for government reforms since the beginning of the twentieth century and how the emphasis on teaching, without a consistent theoretical training, continues to be the strategy officially used.

Keywords: Press. The Teaching Magazine. Literacy.

¹ Parte deste artigo teve uma versão preliminar publicada nos Anais do X Congresso Brasileiro de História da Educação: História da Educação: Democracia e Diversidade Cultural, de 2 a 5 de setembro de 2019, Belém-PA.

Resumen: La prensa periódica educativa, a principios del siglo XX, era un recurso de uso común, dada la precariedad de la formación docente en Brasil. En Paraná, se destaca la Revista La Enseñanza, publicada entre los años 1922 a 1924 por la Inspección General de Educación de Paraná. Este estudio tiene como objetivo analizar la revista mencionada, específicamente, tiene como objetivo investigar los temas de alfabetización. Parece que la alfabetización, de manera pragmática, fue la agenda que se registró con frecuencia en la revista en línea con los otros debates, constituyéndose como una solución a los problemas de la educación. Además, el estudio incita preguntas y debates, principalmente sobre alfabetización y con qué frecuencia el tema se aborda en las propuestas de reforma del gobierno desde principios del siglo XX y cómo el énfasis en la enseñanza, sin un fondo teórico constante, sigue siendo la estrategia utilizada oficialmente.

Palabras clave: Prensa. La Revista de Enseñanza. Literatura.

1 Introdução

A alfabetização, mesmo sendo recorrente nas propostas governamentais, é um tema que ainda não foi efetivado, tanto pela taxa de analfabetos, tanto pelos índices de crianças sem o domínio de leitura e escrita na idade certa. Conforme dados da pesquisa domiciliar do IBGE, realizada em 2017, há no país 11,46% analfabetos com mais de 15 anos (NETO, 2018), sendo que deste total 26% são de pessoas brancas e 73% de pardos e negros. Este índice demonstra que os brancos têm mais acesso à educação que os negros. Outro dado é que o contingente de pessoas com mais de 60 anos é de 5,87%. Estes indicadores apontam questões históricas não resolvidas que comprovam que a alfabetização é uma questão social e não só pedagógica, pois envolve a renda da população e a vulnerabilidade. Ademais, “o domínio da leitura e da escrita é condição *sine qua non* para participar da sociedade contemporânea, visto que esta é letrada.” (MARTINS; MARSIGLIA, 2015, p. 1), acerca disso, verifica-se que esta condição e direito estão sendo negados.

Frequentemente presente nas discussões históricas da educação, principalmente no início do século XX, momento de consolidação do modo de produção capitalista, as temáticas que envolvem a solução para a melhoria destes índices de alfabetização traçam a organização de ações hegemônicas empreendidas até a atualidade, apontando ora o salvador da pátria, ora o bode expiatório, como, por exemplo, propostas de reformas seguidas de formação docente e que foram amplamente divulgadas na imprensa.

A imprensa periódica educacional, no início do século XX, foi um recurso comumente utilizado, haja vista a precariedade da formação docente no Brasil. Campo dinâmico para registrar as ideias e para a efetivação do consenso, nos periódicos educacionais pode-se observar, além dos aspectos pedagógicos, a ideologia que permeia os discursos na sociedade e a legitimação dessa, haja vista ser um material de rápido alcance e repercussão.

No Paraná, destaca-se a revista O Ensino (1922-1924), que tinha por finalidade a veiculação de atos oficiais, práticas educativas e modelo educacional, vinculados a uma perspectiva pedagógica, social, política, econômica e cultural.

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo analisar a referida revista, publicada entre os anos de 1922 e 1924, pela Inspeção Geral do Ensino do Paraná, que circulava no estado, bem como em todo país. Especificamente, visa investigar as leituras que eram direcionadas à

alfabetização e a ideologia que permeava nos textos. Expõe as discussões preliminares deste trabalho, apontando primeiramente, sobre a utilização das revistas pedagógicas como fonte de pesquisa para em seguida apresentar a análise dos textos que tratam da alfabetização.

2 Revistas pedagógicas: união ideológica entre educação e imprensa

Palco de projeto políticos, de jogo de interesses, de manifestações marcadas pelo contexto, a imprensa é o lócus oportuno para a ressignificação das condições materiais da sociedade e o eco da ideologia que sustenta estas condições. Fonte empírica para averiguações epistemológicas, cada mirante metodológico tem nos impressos uma gama de possibilidades de aprofundamento das questões sociais, políticas, econômicas de uma determinada sociedade e a manutenção, a partir das temáticas nela impressa e expressa, das visões de mundo. Independente do olhar do pesquisador, na análise da imprensa “o segredo é sua outra face” (CAPELATO, 1988, p. 18), ou seja, as entrelinhas, o omitido, o emitido, o fugaz.

Problematizar esta fonte é explorar como os assuntos de interesse privado emergiam como opinião pública e assim conferidos como estatuto de universalidade, “[...] representando-os como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (MARX; ENGELS, 1979, p. 57). Nesse sentido, questionamos até que ponto um serviço privado, que se mantém pelas publicações, editais, propagandas, pode estar a serviço do público, pois “[...] a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política” (CAPELATO, 1988, p. 18), campo de disputa e do conflito. Independente do posicionamento dos editoriais, a imprensa estará à berlinda das benesses daqueles que o mantém, seja o Estado, seja a iniciativa privada, por isso a impossibilidade de imparcialidade, fato que demonstra a riqueza deste material constituindo-se com incomensurável potencial de investigação, seja como objeto de pesquisa ou como fonte.

Diante do exposto, consideramos a utilização da imprensa como fonte de pesquisa, um potencial para análise de assunto que diz respeito à cotidianidade de um recorte temporal e os assuntos que permeiam o modo de vida, principalmente das políticas públicas, e, especificamente, a educação. Tanto a imprensa geral e diária como a especializada são espaços de possibilidades de problematizações, e neste viés destacamos a imprensa de cunho educacional.

O interesse em se estudar periódicos para a realização de análises históricas reside na possibilidade da leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala de historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 408).

A educação e a imprensa, muito embora sob a tutela do governo, principalmente a educação que é legalmente responsável deste, são representações das condições materiais de como os homens produzem a sua vida e “O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

A união entre a imprensa e a educação, dois aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 2003), era a forma ideal, e ainda é, de legitimação de um sistema de ideias que direciona as instituições e que é concebido nas relações políticas, sociais, culturais e econômicas, bem como subsídio para racionalização da ordem social estabelecida como uma ordem natural supostamente inalterável (MÉSZÁROS, 2008, p. 37). Ademais, essa união, sem a devida reflexão crítica dos seus objetivos efetivos, colabora com a aparência dos fatos não como fruto das condições materiais, mas na suposta naturalidade falsamente homogênea, mas hegemônico, camuflando as diferenças sociais, apregoando às diferenças naturais o fator diferencial, por meio do qual qualquer objetivo que proponha uma mudança vai contra a própria natureza, terreno preponderante para a defesa da meritocracia. A Educação como artifício para ajustar os indivíduos à ordem estabelecida e a imprensa como mecanismo de consenso dos ditames dominantes. Preponderante refletir que, inseridos numa estrutura social que tem como base o modo de produção capitalista e adaptação do homem a este *modus vivendi*, o contrário requer a problematização da totalidade histórica desta estrutura social, e, neste caso, o trabalho da educação como processo mediador para passagem do pensamento caótico e aparente, para o pensamento concreto e elaborado.

Esta união concretizou-se nos periódicos educacionais, os quais foram utilizados sobretudo como apoio pedagógico. Outrossim, amplamente utilizados para a legitimação não apenas de atos governamentais, divulgação de metodologias, práticas de ensino, modelos de aulas e fórmulas ideais, mas sobremaneira para a disseminação de uma ideologia que norteia a prática social e que

[...] não pode ser considerada como algo especulativo, uma abstração, de criação apenas intelectual, elucubrações, mas sim que a própria ideologia surge das questões materiais da existência. Pela forma como os homens trabalham é que se processa a sua vida, a sua humanização; e é pela sua vida material que os homens produzem para a sua subsistência física e intelectual (ZANLORENZI, 2018, p. 387).

A utilização dos periódicos educacionais para a formação docente foi uma estratégia habitualmente utilizada no início do século XX, tanto pela precariedade dos cursos de formação inicial e contínua, quanto pela forma de acesso rápido aos bancos escolares e professores, e com isso a concretização do trabalho educacional proposto para o momento em questão, sendo este reflexo da ideologia que ao mesmo tempo é fruto das relações de produção como também fator que a sustentam.

Os primeiros periódicos pedagógicos de caráter nacional datam-se a partir da década de 1880, e no final do século XIX para o início do século XX que há uma propagação de edições pedagógicas (CATANI, 1996). No Paraná, há exemplos de periódicos educacionais que tinham como objetivo a formação de professores, destacando-se a revista A Escola e a revista O Ensino, “[...] necessária à difusão das idéas salutareas que devem germinar no meio dos professores²” (O ENSINO, 1922, p. 5), sendo esta última o objeto de estudo deste trabalho.

A revista O Ensino é um modelo que segue esta ordem e que traz no bojo de suas edições um material rico não só para o aprofundamento do contexto em que foi publicada, mas para a compreensão das permanências e rupturas na educação brasileira. No estudo, tendo a revista periódica como fonte, esta clareza é primordial, pois a imprensa é o local onde se concretiza a linguagem a partir da palavra escrita, “signo ideológico por excelência” (BAKTHIN, 2009, p. 34).

3 A revista o ensino e a alfabetização

Notadamente, o período de veiculação da revista O Ensino é marcado pelo início das ideias de renovação da escola pelo movimento da Escola Nova, que consolidaria na década de 1930, baseada no educar para a liberdade, no ativismo e nos direitos do indivíduo, e, neste sentido, na efetiva defesa da individualidade, cabendo à educação, a partir do desenvolvimento de cada um, “realizar uma ordem social mais justa, pois esse desenvolvimento significaria melhoramento de todos os grupos sociais” (CURY, 1989, p. 12). Reverbera-se, neste viés, a visão

² Os excertos desta revista estarão na grafia original, por se tratar da fonte primária.

liberal na qual o desenvolvimento individual levaria ao desenvolvimento de toda sociedade e “[...] uma abundância geral difunde-se por todas as classes sociais” (SMITH, 1981, p. 6). Não diferente, este periódico foi o eco destas ideias renovadoras, as quais defendiam que,

Aquilo que mais precisa ser feito para melhorar as condições sociais é organizar a educação de modo que as tendências ativas naturais se empreguem plenamente na feitura de alguma coisa, alguma coisa que requeira observação, a aquisição de conhecimento informativo e o uso de uma imaginação construtora (DEWEY, 1979, p. 149-150).

Diante do exposto, a análise da revista O Ensino é muito peculiar, uma vez que era palco para a legitimação das reformas educacionais empreendidas pela Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, entre os anos de 1920 e 1924 e, conforme a edição n. 1, “É a palavra da ordem e do comando reflectindo o pensamento e a acção do governo do Estado” (O ENSINO, 1922, p. 5). É importante salientar que sobre a questão das reformas, posicionamo-nos que estas são apenas atos paliativos e não uma mudança radical, ou seja, são atos específicos, fragmentados e particularizados. Conforme Ponce (2001, p. 177) “[...] acreditar que se possa reformar a sociedade, mediante pequenos retoques na educação não é só uma esperança absurda, como se constitui um perigo social: uma utopia, que, no fim, de contas, resulta reacionária, porque acalma e enfraquece as inquietações e protestos[...]”.

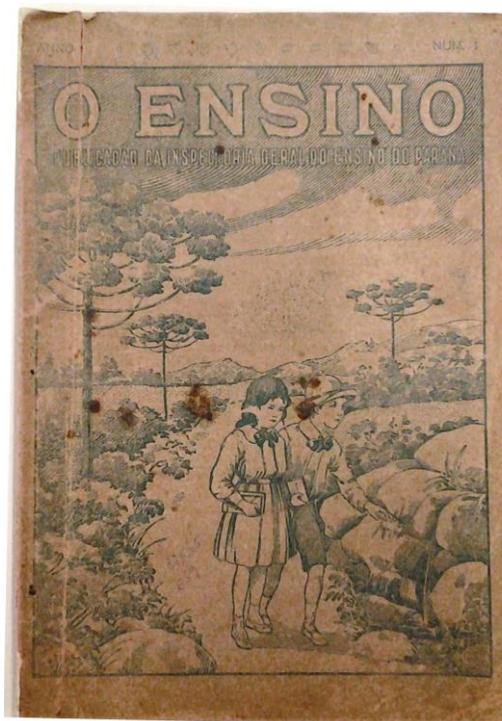
A finalidade desta revista era apresentar a proposta educacional do Estado, ou seja, difundir as ações e reformas governamentais, bem como “necessária à difusão das idéas salutaras que devem germinar no meio dos professores” (O ENSINO, 1922, p. 5). Como “expressão de interesses representados” (SCHELBAUER; ARAÚJO, 2007, p. 6), a revista O Ensino era a representação da proposta da gestão Cesar Pietro Martinez, nomeado Inspetor Geral de Ensino em 16 de abril de 1920, que no documento direcionado aos professores, Instrução aos Professores Públicos de 1921, aponta já no início a maior preocupação do trabalho a ser realizado.

O interesse máximo da actual superintendência do ensino está na luta contra o analfabetismo de modo a reduzir-se, com brevidade, o espantoso número de crianças que não sabem ler, escrever e contar e que, sem as luzes da escola, crescerão ceguinhas, privada de conviver na comunhão dos que usufruem os deliciosos fructos do saber (MARTINEZ, 1921, p. 2).

Este periódico, distribuído gratuitamente aos professores em todo o Brasil, seria uma das ações para tal trabalho, uma vez que era “orgam da Inspectoria Geral, destinado a estimular e orientar o trabalho dos Srs. Professores” (MARTINEZ, 1924, p. 107).

Quanto aos aspectos formais, a revista era escrita em papel jornal, com a mesma capa em todas as edições, iniciando com a sùmula na qual eram discorridos os assuntos que seriam abordados. A paginação era contínua e as três publicações tinham em média 80 páginas.

Figura 1- Capa Revista O Ensino



Fonte: O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, Paraná, v. 1, n. 1, jan. 1922. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: jul. 2019.

Para a análise da revista, primeiramente, realizou-se a leitura na íntegra dos exemplares, a classificação de reportagens que tratavam especialmente sobre a alfabetização e a classificação de reportagens que apontavam, no corpo do texto, o termo alfabetização. As notícias levantadas foram copiadas na íntegra das reportagens e organizadas em um banco de dados específico. Na sequência, foram analisados os assuntos proeminentes e agrupados por eixos.

Os assuntos abordados resumiam-se em três eixos: atos da inspeção, metodologias de ensino (Língua Portuguesa, História, Matemática, Geografia) e textos de diversos gêneros para leitura do professor, conforme apresentados a seguir³:

³ Para a distribuição dos assuntos na tabela foram analisados os artigos na íntegra, dos exemplares do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quadro 1 - Total de textos

Assunto	1922	1923	1924	Total
Atos da Inspetoria e textos do inspetor	4	3	2	9
Educação e Higiene	3	2	1	6
Pedagogia	2	3	2	7
Língua Portuguesa	1	0	1	2
Matemática	0	0	1	1
Geografia	2	1	1	4
História	1	1	6	8
Literatura	2	3	9	14

Fonte: Elaboração própria.

Os textos eram assinados por vários autores, outros não eram assinados ou então colocadas iniciais. Todavia, nas três edições, havia textos escritos com mais frequência pelo próprio Inspetor de Ensino César Pietro Martinez, quando se tratava de publicizar os feitos da Inspetoria, bem como de Rubens de Carvalho, subinspetor de ensino até 1923, quando passou a exercer a função de diretor da Escola Normal de Cuiabá (informado na revista no ano de 1923) e pelo sub inspetor Henrique Ribeiro, homens públicos e intelectuais, uma vez que a profissionalização dos assuntos educacionais, ou seja, os técnicos em educação, só apareceriam no final da Primeira República (NAGLE, 2009, p. 117).

Os textos, que somavam as três edições, não apresentam títulos específicos sobre a alfabetização, contudo, este era um assunto que permeava os demais artigos que compunham a leitura formadora dos professores e frequentemente era apontado independente do assunto tratado. Destaca-se o excerto do texto do Inspetor de Ensino, ao apontar que

Dentro dos recursos orçamentários o governo está conseguindo que o ensino público primário tome um impulso considerável e, nesse prosseguimento, chegará dentro em breve a extinguir o analfabetismo até nas zonas de população menos densa. (MARTINEZ, 1922, p. 7).

A preocupação com a alfabetização e o analfabetismo sempre esteve presente no contexto histórico do Brasil, principalmente quando se trata das questões econômicas e a condição da escola como redentora e salvadora da pátria. Acreditar que a alfabetização seria a panaceia para os problemas sociais, econômicos e culturais era fazer uma análise superficial da conjuntura

social de um país que se consolidava no modo de produção capitalista. Observa-se que mesmo com o passar das décadas, ainda se utilizam a mesma estratégia e o mesmo discurso, basta observar os vários programas governamentais para alfabetização no país⁴. Assunto que na atualidade vem à baila com a mesma finalidade e da mesma forma: “reformas” apresentadas de forma verticalizadas, sem a consulta principalmente dos autores mais importantes, os professores. Aponta-se, neste caso, o decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a) e a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019b), apresentada pelo MEC, especificamente pela Secretaria de Alfabetização, em 15 de agosto de 2019.

Em 1900, a taxa de analfabetismo era 65,3%⁵. Nesse sentido, conforme Carvalho (1989, p. 40): “O analfabetismo passava a ser a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que mourejavam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil.” Assim, a escola na república, para uma sociedade que almejava a modernidade, era símbolo de regeneração e de formação do novo cidadão e a alfabetização “[...] um indício seguro de que desejamos trilhar o verdadeiro caminho que nos ha os conduzir fatalmente a todos surtos do progresso e que há de fortalecer cada vez mais os laços da nossa nacionalidade” (O ENSINO, 1922, p. 5).

No período em que a revista O Ensino foi publicada (1922-1924), a taxa de analfabetos continuava nos índices de 65,0%. Essa situação demonstra os motivos da preocupação da inspetoria de ensino, registrada no relatório de 1920, que “Sendo o Brazil um paiz com cerca de 20.000.000 de analphabetos é claro que pouco pode produzir em relação a uberdade e riqueza de seu solo. Nesta situação nunca poderemos ser um paiz rico” (MARTINEZ, 1920, p. 3). Imprescindível seria então instruir o povo, e, para tanto, foram realizadas reformas do ensino paranaense sob a orientação do inspetor de ensino.

As reformas empreendidas dirigiram-se ao Código de Ensino de 1917, com o objetivo de colocar o estado nos rumos da modernização pela instrução. Para tanto, seguia a mesma linha já bem difundida nos outros estados, concentrando-se na alfabetização, e neste caso, a posição era de que “O que o Governo do Paraná tem feito neste últimos dous anos é um grande passo para a disseminação do alphabeto com todo o seu território” (O ENSINO, 1922, p. 7), bem como na

⁴ Por exemplo: Ciclo Básico de Alfabetização, Programa Parâmetros em Ação, Pró Letramento, Pacto Nacional pela alfabetização na idade Certa, Mais Alfabetização.

⁵ Censo Demográfico do IBGE. Somente na década de 1960 que esta realidade muda, sendo que a taxa de analfabetos diminui para 39,7%.

organização das escolas normais e na implantação dos grupos escolares, aliados à divulgação em revistas pedagógicas ou produzidas pela própria inspetoria ou subvencionadas pelo governo, como “ a palavra de ordem e do comando reflectindo o pensamento e a acção do Governo do Estado. É o espírito orientador esclarecendo os pontos capitães que jamais podem ser esquecidos ou ignorados” (O ENSINO, 1922, p. 5).

Destas ações empreende-se a esperança no sistema escolar como fator de progresso e de mudanças, uma vez que “[...] a escola não preenche ainda todos os fins a que se destina. Particularmente devíamos nella encontrar, em raízes mais profundas, os germes do nacionalismo” (O ENSINO, 1922, p. 59). Para tanto, era imprescindível a instrução escolar com a multiplicação das escolas para a alfabetização das massas, a regulação da mão de obra para o mercado em vias de industrialização e a escola profissionalizante, no caso a Escola Normal, moldados necessariamente de forma pragmática e utilitária.

Os grupos escolares “[...] criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas” (REIS FILHO, 1995, p. 137) seriam a garantia de modernização do ensino. Todavia, a construção dos mesmos não era sinônimo de uma mudança imediata, especialmente no índice de analfabetos. Não houve mudanças no índice de 1900 e 1920, além de que os grupos escolares estavam sendo construídos a conta gotas, de forma insuficiente para atender à população e “[...] em pouco tempo ficou evidente que boa parte desse ‘povo’ se encontrava fora da escola, enquanto uma parcela da sociedade se havia apoderado dela” (SOUZA, 2006, p. 77). Já que o ensino ainda não era obrigatório, foram excluídas, portanto, as classes populares. “O primeiro grupo escolar no Paraná foi inaugurado em 1903 em Curitiba” (SAVIANI, 2007, p. 174), porém nas outras cidades, principalmente no interior do estado, estes foram construídos mais tarde, por exemplo, em 1913, no município de União da Vitória, no sul do estado.

Neste período, sem uma análise mais ampla da conjuntura social e notadamente que o problema ultrapassava os muros escolares e as práticas docentes, o analfabetismo era assunto abordado frequentemente na revista, pois é de “ interesse de todas as classes pela luta contra o analfabetismo, o maior dos males” (O ENSINO, 1922, p. 5), colocando-se apenas como uma situação prática de ensino. Tanto em textos que tratavam da didática de outras disciplinas e até mesmo sobre a saúde, é possível verificar relação com o analfabetismo. Nesse sentido, destacamos os textos com caráter higienista, característicos das manifestações educativas até a metade do século XX, como medida profilática para os males da sociedade brasileira, uma vez

que “os dois grandes males, os peiores que corroem e arruinam as nacionalidades são: a ignorância e as doenças” (RAYMUNDO, 1922, p. 65). Esta relação entre educação e higiene está registrada no Relatório do Inspetor, de 1922, e editado excertos na revista no ano de 1923, ao apontar que

Dois problemas capitães exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primária; delles depende o brilhante futuro do Brasil. [...] Nuca podemos compreender a Hygiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliar a gravidade dos males que afligem, nem como eles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem (MARTINEZ, 1922, p. 17).

Observamos um número expressivo de textos de caráter higienista nos anos das publicações da revista. Outra manifestação é no artigo que apresenta uma aula prática sobre insetos e que relaciona o analfabetismo com as moléstias.

Os analphabetos representam cerca de 75 % da população total. E a doença impõem o seu domínio, fazendo-se representar, endemicamente, em diversos pontos do Brasil. Os escravizados pelas moléstias constituem, aproximadamente, os 76% da população do Paiz (RAYMUNDO, 1922, p. 65).

Os textos que tratavam sobre os aspectos pedagógicos e didáticos e que discorriam sobre a metodologia eram escritos por diretores dos grupos escolares, por professorandas ou pelo próprio inspetor de ensino. Destacamos o texto Pedagogista e Educador, que enaltece o trabalho do educador ao apontar que “O Pedagogista deixa livro. O Educador deixa compêndios vivos, exemplos que frutificam” (MARTINEZ, 1923, p. 151). Na sequência, assinala os teóricos Rosseau, Locke, Herbart, como pedagogistas que “[...] lançam suas idéas para que as alcancem[...]. Entre lançar e colher há um abysmo[...].” (MARTINEZ, 1923, p. 151), para então enaltecer “Oscar Thompson, o pedagogista e o Educador, que forma ao lado de Cezario Motta e de Caetano Campos [...]” (MARTINEZ, 1923, p. 152)⁶.

A educação pragmática, subsidiada pelos ideais escolanovistas, foi a marca deste período reformador, feito que é tratado na revista O Ensino, na primeira página de 1922, quando o inspetor aponta que

Não se pode negar, entretanto, que nesse curto espaço de tempo muita cousa tem conseguido, não só no que toca aos novos methods, mas principalmente, no que diz respeito á orientação indispensável que deve guiar a escola para que possa bem cumprir sua missão (MARTINEZ, 1922, p. 3).

⁶ Oscar Thompson foi diretor geral do Ensino em São Paulo e faz parte de um grupo que de intelectuais que agiram sobre a educação do início do século XX.

Para tanto, a formação docente teve papel fundamental, tanto na organização das escolas normais tanto na formação em serviço, instituindo-se “[...] modernos métodos de ensino, generalizando por todas as escolas por meio de palestras na capital, por meio de folhetos largamente distribuídos e ainda por acção directa de inspectores technicos competentes” (MARTINEZ, 1922, p. 8). A revista cumpriria este papel de leitura formadora, dando visibilidade aos métodos modernos, a um corpo sistemático de modelo e a educação pragmática que deveriam ser disseminados e os “[...] incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica” (CARVALHO, 2000, p. 113). Contudo, para além das questões pontuais de ensino e aprendizagem, a revista caracteriza-se como reflexo de um projeto maior, a consolidação do capitalismo via liberalismo, pois “[...] as primeiras décadas do século XX caracterizam – se pelo debate das ideias liberais” (SAVIANI, 2007, p. 177).

Civilizar, higienizar, educar pelos sentidos eram as palavras que frequentemente encontradas nos textos que defendiam a Pedagogia Moderna, intimamente relacionadas com a nova ordem republicana. Neste viés, para a revista, a questão que era a pauta das ações governamentais, a alfabetização, seria resolvida de forma reducionista, direcionando apenas às questões metodológicas, sem uma análise conjuntural do contexto social.

Intituindo modernos métodos de ensino, generalizando-os a todas as escolas por meio de palestras na capital e no interior, por meio de folhetos largamente distribuídos e ainda por acção directa de inspectores techinos competentes tornar mais rápido o aprendizado da leitura, da escripta e do cálculo, assumpto de máxima importância, tratado em primeiro plano pela actual administração (O ENSINO, 1922, p. 8).

É nessa mesma década que a “[...] versão tradicional da pedagogia liberal foi suplantada pela versão moderna” (SAVIANI, 2007, p. 177) e na alfabetização, as mudanças se intensificaram, principalmente sobre a forma adequada para iniciar a aprendizagem da leitura e da escrita. Entre o embate e polarização sobre os métodos de marcha sintética ou de marcha analítica, organizavam-se as práticas pedagógicas e a formação dos professores. Com efeito, a falta de resolução desta “querela dos métodos” (MORTATTI, 2008), tem a sua permanência e eco nos dias atuais, como se a mudança somente de um procedimento em sala de aula fosse acabar com o fosso que separa as crianças nas suas condições materiais, como também os aspectos mais amplos como desvalorização docente, custo aluno e relação com a qualidade da

educação, infraestrutura e direcionamento de recursos públicos, além da falta de vagas de creches, emprego, taxa de salário mínimo, questões que põem em relevo a totalidade que envolve a educação e suas multideterminações.

Sobre esse assunto, a revista posiciona-se como defensora do método analítico. De acordo com os preceitos do contexto educacional da época, das discussões vigentes de divulgação da Escola Nova e do ensino pragmático tendo o aluno como ativo, ao tratar da leitura, veicula que “A letra, para nós, é mais simples do que a palavra, porquanto a palavra é uma combinação de letras. Mas para a criança a letra é uma abstracção e nada representa, ao passo que a palavra é sempre símbolo representativo de uma idéia” (CARVALHO, 1923, p. 124).

No método analítico, o ensino da leitura partia do todo que poderia ser uma palavra, sentença ou historieta para depois proceder as partes que constituíam o todo. Assim, “A base de sustentação teórica era a Psicologia, que, no final do século XIX e começo do século XX, destacava que o primeiro momento no processo de aprendizagem fosse do tipo sincrético ou global, e a leitura era vista como um processo eminentemente visual” (GALVÃO; LEAL, 2005, p. 22). Este método também era amplamente defendido em São Paulo por Oscar Thompson, modelo de pedagogo e educador mencionado na revista, tornando-se método oficial naquele estado (SOUZA, 2004, p. 140).

Ao defenderem o método analítico, também defendiam uma concepção de educação baseada nas leis da percepção e abordagens ideovisuais, intimamente relacionadas ao método intuitivo, referencial no momento como ideal, capaz de “[...] formar estudantes mais adequados às transformações políticas e econômicas” (VALDEMARIN, 2004, p. 2). Diferenciava-se dos demais métodos propostos até aquele momento, em virtude de priorizar a experiência em detrimento da memorização, pois “Só é real ao cérebro infantil aquilo que chega a ele por via dos sentidos. Por bem, esse pequenino mundo das suas observações é a base, é o ponto de partida para todas as incursões pelas regiões desconhecidas” (O ENSINO, 1923, p. 125).

Nesta perspectiva, destacamos o pressuposto metodológico assumido pela Inspetoria, o método intuitivo, que “funda-se na concepção de que a origem das ideias procede dos sentidos humanos, remetendo-se à matriz empirista, corrente filosófica para a qual a fonte de conhecimento é a experiência e a sensação” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2016, p. 366).

A fundamentação neste método, marca o início da valorização dos métodos ativos, da capacidade do aluno se auto conduzir e o deslocamento do foco para o processo de

aprendizagem, ou seja, um ensino “[...] que parte dos conhecimentos que a criança adquiriu pelo exercício natural dos sentidos, e os vai argumentando de novas noções, novas idéas, novas imagens, de novas concepções” (O ENSINO, 1923, p. 127). O aluno seria o centro do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os preceitos do liberalismo de individualidade e de meritocracia, ou seja, considerando a individualidade como natural, legitimando a ideia de propriedade como mérito do esforço do indivíduo, especialmente dos alunos que já possuíam uma relação anterior como o conhecimento, ao contrário dos alunos de famílias mais pobres, que em muitos casos não têm acesso à cultura letrada fora da sala de aula.

Por fim, a ênfase no processo de alfabetização, conforme apontado nos excertos da revista O Ensino, era primordial para colocar o estado nos trilhos do desenvolvimento e da modernização do estado. Para tanto, havia a necessidade de um método moderno, dentro dos preceitos da Escola Nova e da pedagogia moderna, especialmente para a preparação da classe que já possuía no seu cotidiano o contato com o conhecimento e que para esta o ensino ativo seria o ideal e necessário, ao contrário das classes populares, que além de não frequentarem a escola, não tinham acesso a outras formas de conhecimento. Neste sentido, “[...] não é verdade que a escola burguesa não possa dar instrução a todos, ela apenas elimina os realmente incapazes de receber essa instrução” (PONCE, 2001, p. 156).

As breves reflexões empreendidas neste texto não têm a intenção de esgotar o assunto, uma vez que a revista analisada é um campo fértil para inúmeras pesquisas, todavia dão subsídios preliminares dos interesses que permeavam as folhas deste periódico, intimamente relacionados aos princípios do liberalismo e que se tornaram hegemônicos, mesmo com outras nomenclaturas, até a contemporaneidade.

4 Considerações finais

A revista O Ensino (1923-1924), uma estratégia de normatização pedagógica, bem como um projeto social e cultural, traz no seu bojo questões que demonstram o interesse e as preocupações de uma sociedade que se consolidava no modo de produção capitalista: a preparação da mão de obra a partir do ensino elementar, a educação higiênica e o modelo de professor preparado na Escola Normal. Para tanto, era necessário a insistência como forma de persuasão e de consenso e as revistas assumiram esta finalidade.

A alfabetização, de forma pragmática, foi a pauta que frequentemente era registrada na revista, em consonância com os demais debates, constituindo-se como solução para os problemas da educação. Os textos apresentados de cunho prático, demonstram que a revista objetivava divulgar modelo para os professores, caracterizando a revista como uma leitura formadora.

O estudo, mesmo que preliminar, incita questões e debates, principalmente sobre a alfabetização e o quanto o tema é frequentemente abordado nas propostas de reformas governamentais desde o início do século XX, demonstrando as permanências e rupturas na educação brasileira e como a ênfase no fazer docente, sem uma formação teórica consistente, continua sendo a estratégia utilizada oficialmente.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

BAKHTIN, M. (Voločinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, (2009 [1929]).

BRASIL. **Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/79101-mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Básica. **MEC lança caderno da Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/79101-mec-lanca-caderno-da-politica-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em: jul. 2019.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, M. C. **A escola e a República**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 111-120, mar. 2000.

CARVALHO, R. Notas sobre o ensino de Geographia. **O Ensino - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná**, Paraná, v. 2, n. 2, abr. 1923. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105312>. Acesso em: jul. 2019.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.

CURY, J. C. R. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, Paraná, v. 1, n. 1, jan.1922. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: jul. 2019

O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, Paraná, v. 2, n. 2, abr.1923. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105312>. Acesso em: jul. 2019

GALVÃO, A.; LEAL, T. F. Há lugar ainda para métodos de alfabetização? Conversa com professores(as). In: MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (org.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-28.

MARTINEZ, C. P. **Instruções aos professores públicos do Estado do Paraná**. Inspeção Geral de Ensino. Curitiba: Livraria Econômica, 1921.

MARTINEZ, C. P. O que o Paraná tem feito neste últimos 2 anos. **O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná**, Paraná, v. 1, n. 1, jan. 1922. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: julho de 2019.

MARTINEZ, C. P. Pedagogo e educador. **O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná**, Paraná, ano II, n. 2, abr.1923. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105312>. Acesso em: julho de 2019.

MARTINEZ, C. P. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1920. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99764/1920_RELAT%C3%93RIO%20DO%20INSPETOR%20GERAL%20DE%20ENSINO%20DO%20ESTADO%20DO%20PARAN%C3%81.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: julho de 2019.

MARTINEZ, C. P. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba, 1922. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99957/1922_RELATORIO%20DO%20INSPETOR%20GERAL%20DO%20ENSINO%20CESAR%20PRIETO%20MARTINEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: julho de 2019.

MARTINEZ, C. P. **Relatório apresentado ao Esmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor César Pietro Marinez, Inspector Geral de Ensino**. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

MARTINS, L. M.; MARSIGLIA, A. C. G. **As perspectivas construtivistas e histórico crítica sobre o desenvolvimento da escrita**. Campinas: Autores Associados, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Presença, 1979.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 91-114, set. 2008. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/wp-content/uploads/sites/393/2019/07/Maria-do-Ros%C3%A1rio-Longo-Mortatti..pdf>. Acesso em: maio 2019.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira República**. 3. ed. São Paulo: EPU/MEC; EDUSP, 2009.

NETO, João. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. Brasília: Agência IBGE Notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: junho de 2019.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RAYMUNDO, A. C. Pedagogia Prática. **O ENSINO - Revista da Inspeção de Ensino do Estado do Paraná**, Paraná, ano I, n. 1, jan. 1922. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105386>. Acesso em: julho de 2019

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**: origens do ensino público paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHLBAUER, A. L.; ARAÚJO, J. C. **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. 2. ed. São Paulo: Húmus, 1981.

SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 109-151. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origem dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 109-151. (Coleção Educação Contemporânea).

VALDEMARIN, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 163-203.

VIDAL, D.; CAMARGO, M. J. G. de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa história: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

ZANLORENZI, C. M. P. A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v.18, n. 2 [76], p. 385-400, abr./jun. 2018.

ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M. Revista A Escola (1906-1910): a liberdade e o modelo de trabalhador docente via método intuitivo. **Rev. Educ. PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 363-370, set./dez. 2016.